

# O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari<sup>1</sup>

---

GILBERTO GRASSI CALIL

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil)*

Este artigo propõe analisar criticamente a interpretação sobre a ditadura brasileira proposta na obra do jornalista Elio Gaspari, constituída de 4 volumes e aproximadamente 2.000 páginas: *A ditadura envergonhada*; *A ditadura escancarada*; *A ditadura derrotada*; e *A ditadura encurralada*. Neste conjunto de livros, Gaspari propõe uma interpretação sobre o Golpe de 1964, os objetivos da ditadura, o papel da resistência armada e a caracterização do processo de transição. Nossa hipótese principal é que esta interpretação pode ser definida como *revisionista*, o que se evidencia, por exemplo, na responsabilização da esquerda pelo Golpe de 1964, na visão positiva em relação a uma fração dos golpistas identificada como “moderada”, na desqualificação da resistência armada à ditadura e na visão acrítica acerca do processo de transição conservadora conduzida por integrantes do governo ditatorial. A relevância desta obra se verifica pela sua expressiva tiragem (com mais de 500.000 exemplares vendidos, somando-se os quatro livros), pela grande repercussão que suas teses centrais obtiveram na mídia e pela sua articulação com a historiografia revisionista sobre o Golpe, a Ditadura e a Transição. Esta articulação se verifica, por exemplo, na difusão da proposta interpretativa de um *encurtamento da ditadura*, segundo o qual no período entre 1964 e 1968 ainda não se configurava plenamente como uma ditadura, e o período entre 1979 e 1988 já não poderia ser considerado como ditatorial, por ser atravessado pelo processo de transição. Desta forma, a ditadura que durou 21 ou 24 anos<sup>2</sup> fica *encurtada* para

<sup>1</sup> Rebut: 06.09.2014 – Acceptat: 9.10.2014

<sup>2</sup> A delimitação cronológica mais aceita considera o Golpe de 1964 como marco inicial e a transmissão da presidência da República a um civil, eleito de forma indireta em 1985, como marco final da ditadura, totalizando 21 anos. Em nosso entendimento, o marco de encerramento mais adequado

apenas 11 anos (1968-1979), *encurtamento* que é aceito e reproduzido por historiadores reconhecidos e com grande acesso à mídia. Nossa proposta é apresentar e discutir as principais teses presentes na obra de Elio Gaspari, tendo como referência uma perspectiva teórica crítica e o conhecimento histórico disponível sobre a temática. Em vista disto, apresentamos inicialmente um balanço historiográfico sobre o Golpe de 1964, e a seguir discutimos as teses de Gaspari sobre o Golpe, a Ditadura e a Transição.

### 1964: UM GOLPE DE CLASSE

Entre as décadas de 1930 e 1950, o eixo do desenvolvimento brasileiro foi organizado em torno de um projeto nacional de desenvolvimento centrado na industrialização, cuja expressão política foi o populismo.<sup>3</sup> Sua característica mais evidente é a promoção do desenvolvimento industrial, utilizando-se para isto de diversas políticas públicas, como política cambial; financiamento e investimento direto; promoção da infra-estrutura necessária, em especial no que se refere ao fornecimento de energia e melhoramento da malha de transportes. Tal processo concentra-se na produção de bens de consumo rápido (intensivos na utilização de mão de obra e com menor exigência de investimentos), destinados ao mercado interno de consumo, fortalecido com a generalização do salário mínimo pago aos trabalhadores urbanos. Isto permitiu o deslocamento do eixo central do desenvolvimento capitalista brasileiro, passando da modalidade oligárquico-exportadora de desenvolvimento capitalista estruturada em torno do latifúndio monocultor e exportador para um novo eixo urbano-industrial centrado na indústria e voltado ao mercado interno de consumo. No entanto, no início dos anos 1960, este projeto estava claramente em crise, com o esgotamento do projeto de industrialização baseado no mercado interno e na produção de bens de consumo rápido e a ausência de capitais nativos em volume suficiente para a passagem a um novo patamar de desenvolvimento capitalista, provocando estagnação econômica, e inflação crescente. Em termos políticos, a radicalização dos trabalhadores urbanos e a emergência política dos trabalhadores rurais confrontavam as bases políticas sobre as quais se alicerçava o projeto populista. O impasse no qual se colocava a

é a promulgação da Constituição de 1988, com o que consideramos que a ditadura durou 24 anos.

<sup>3</sup> O termo populismo é polissêmico e existem inúmeras polêmicas relativas à sua adequação. Estamos considerando populismo no sentido que remete a um conjunto de experiências latinoamericanas (peronismo, cardenismo, varguismo) marcadas politicamente pela perspectiva de colaboração de classes. Assim, nossa proposição é que o populismo corresponde a um projeto hegemônico conduzido pela burguesia industrial, através do qual logrou o apoio ativo de vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado e colocou o Estado a serviço de uma política de industrialização. Calil, Gilberto. "O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina". *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n. 4, julho 2007, p. 27-33.

burguesia brasileira começou a ser resolvido no sentido da passagem a um novo modelo de desenvolvimento (associado-dependente) ainda nos anos 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), como indicam as historiadoras Virgínia Fontes e Sonia Regina de Mendonça:

Na gestão Kubitschek (1956-1961), o Plano de Metas, a construção de Brasília e principalmente o estímulo à entrada de capitais estrangeiros, impulsionaram a produção automobilística, seguida de perto pela de eletrodomésticos. Esse setor industrial, composto pelo grande capital internacional (embora admitindo sócios locais), rapidamente constituiu-se no motor de arranque da economia, exigindo, entretanto, elevado fluxo de importações para montagem de equipamentos e envio de lucros a suas matrizes.<sup>4</sup>

O historiador David Maciel salienta que a política industrial implementada no governo Kubitschek acentuou a dependência da economia brasileira ao capital internacional, tornando-a mais vulnerável: “*A partir dessa nova dinâmica, o ponto nevrálgico das crises econômicas no Brasil passou a ser a incapacidade cíclica da economia brasileira de gerar os excedentes necessários à realização do capital em sua escalada monopolista*”.<sup>5</sup> Como economia e política articulam-se dialeticamente, esta política econômica fortalecia os setores da burguesia brasileira que defendiam um projeto de desenvolvimento associado-dependente junto ao grande capital transnacional e fragilizavam os defensores de uma perspectiva de desenvolvimento mais autônoma.

A renúncia de Jânio Quadros e o início do governo João Goulart (1961) ensejaram a intensificação das mobilizações e greves de caráter explicitamente político. Os trabalhadores passaram a defender a democratização do Estado e aprovação de reformas amplas, não se restringindo a demandas corporativas. Ao mesmo tempo, aumentavam as mobilizações por reformas econômicas mais profundas, sintetizadas na defesa das chamadas “reformas de base”, pela crescente ampliação das conquistas sociais ou concessões obtidas durante o período de expansão e crescimento econômico, e a exigência de maior liberdade de organização sindical. Outro fator decisivo foi a emergência política dos trabalhadores rurais reivindicando direitos sociais e reforma agrária, atemorizando a burguesia agrária. Desde o início dos anos 1960 cresceram exponencialmente os movimentos dos trabalhadores rurais, com a constituição das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. Tais reivindicações não eram intrinsecamente anticapitalistas, mas produziam fissuras no bloco no poder, levando a burguesia agrária a uma sistemática oposição ao go-

<sup>4</sup> Fontes, Virgínia & Mendonça, Sonia. *História do Brasil recente, 1964-1980*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>5</sup> Maciel, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2009, p. 36

verno João Goulart e ao modelo político vigente. Também a burguesia industrial afastou-se do paradigma populista e aderiu à perspectiva de um projeto associado-dependente de desenvolvimento capitalista, com todas as suas consequências políticas e sociais. Confrontada com a radicalização e crescente autonomia política dos trabalhadores urbanos e com a diminuição do ritmo de crescimento da economia brasileira, uma parcela crescente da burguesia industrial brasileira – em especial os setores mais concentrados – passou a defender uma reorientação geral dos rumos da economia brasileira, com o estabelecimento de facilidades visando atrair capitais externos e com isto superar os impasses que travavam a passagem da industrialização brasileira para um novo estágio. Isto implicava na construção de um novo bloco dominante, reunindo as distintas frações da grande burguesia (industrial, agrária, comercial) e o imperialismo, visando o esmagamento dos movimentos populares e a superação da ordem populista, para o que era imprescindível a imposição de uma ditadura. Nas palavras de Ruy Mauro Marini, em texto publicado ainda nos anos 1960, “a burguesia brasileira finalmente aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e decidiu intensificar a capitalização rebaixando ainda mais o nível de vida popular e promovendo radical concentração de renda”.<sup>6</sup>

A passagem a um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro não tinha apenas implicações econômicas: determinava a necessidade de radicais modificações na ordem política e a imposição de mecanismos repressivos muito mais violentos contra a classe trabalhadora, pois para atrair capitais externos era necessário oferecer “vantagens comparativas” como a contração da remuneração da mão de obra e a garantia de rígido controle impedindo a realização de greves e manifestações. Necessitava-se, em síntese, de mão de obra barata e disciplinada. Portanto, para o conjunto da classe dominante brasileira, a efetivação de um Golpe de Estado e a imposição de uma ditadura apresentavam-se no início dos anos 1960 como alternativa que possibilitaria encaminhar a superação da crise econômica e suprimir, pela via repressiva, as inevitáveis resistências e obstáculos às transformações envolvidas nesta alternativa.

A implementação do Golpe de Estado foi produto de uma conspiração metuculosamente construída ao longo de três anos. O cientista político René Armand Dreifuss,<sup>7</sup> amparado em vasta pesquisa documental e no instrumental teórico gramsciano, propôs, ainda no início da década de 1980, uma explicação sistemática para a articulação e desencadeamento do Golpe de 1964, a partir da análise da conspiração que reuniu vastos setores da grande burguesia brasileira e multinacional. De acordo com ele, o “bloco multinacional e associado” coordenou o

<sup>6</sup> Marini, Ruy Mauro. *A Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 47.

<sup>7</sup> Dreifuss, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

planejamento do Golpe e manteve-se atuante mesmo depois da consolidação da Ditadura. Duas organizações constituídas em 1961 e com atuação coordenada centralizaram as ações de preparação do Golpe: o Instituto de Pesquisa Econômicas e Sociais e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática, tratados por Dreifuss sob a designação de “Complexo IPES/IBAD”. Trata-se de entidades que congregavam representantes da grande burguesia e desempenharam funções múltiplas, como o financiamento de campanhas eleitorais e a propaganda golpista. Dreifuss registra que logo após a renúncia de Jânio Quadros, *“uma série de reuniões informais lideradas por empresários nas casas de proeminentes homens de negócio de São Paulo e do Rio iniciou abertamente um estágio no processo onde as diferentes organizações de classe e órgãos do governo começaram a pregar mudanças fundamentais na economia e no sistema político”*.<sup>8</sup> Estes encontros impulsionaram a fundação do IPES por um conjunto de empresários unificados pelas *“suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado”*.<sup>9</sup> Desde então, e até a consolidação da Ditadura, o complexo IPES/IBAD atuou de forma articulada e sistemática na política brasileira, contando com farto financiamento, tanto da grande burguesia brasileira associada, como do grande capital multinacional instalado no Brasil.

A pesquisa de Dreifuss evidencia a articulação sistemática entre as ações e os interesses da grande burguesia brasileira associada, que se convertia em hegemônica, e o grande capital transnacional. Torna claro que o imperialismo não agia apenas como elemento “externo”, mas também através de agentes internos a ele associados, que partilhavam dos mesmos interesses e buscavam a viabilização de um mesmo projeto. As transformações econômicas empreendidas durante o governo Kubitschek fortaleceram economicamente estes grupos associados, e sua organização política em torno do complexo IPES/IBAD permitiu que se tornassem hegemônicos no interior da burguesia brasileira. Entre meados de 1962 e março de 1964, o IPES produziu farta propaganda golpista (revistas, folhetos, livros, filmes), organizou manifestações de massa (culminando nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade de março e abril de 1964) e apoiou a atividade conspiratória no interior das Forças Armadas. A organização das marchas, por exemplo, sob coordenação do IPES, teve a participação de federações da indústria e do comércio, da Sociedade Rural Brasileira, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Igreja Católica e de parlamentares, governadores e secretários de Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Desta forma, o IPES atuou na articulação e construção do Golpe de 1964, inclusive promovendo cisão na base do populismo junto aos estratos superiores: *“As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar*

<sup>8</sup> Idem: 163.

<sup>9</sup> Idem: 163

*em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista”.*<sup>10</sup>

A pesquisa de Dreifuss evidencia que a intervenção política da burguesia multinacional associada claramente enseja a conformação de um novo bloco de poder, com destacado protagonismo na condução da política econômica da Ditadura. Nos termos de Dreifuss: “*O novo bloco de poder deu origem a uma elite orgânica, cujos diversos estágios de organização para a ação e seus esforços para moldar tanto a economia quanto o sistema político, a fim de favorecer seus interesses e consolidar sua expansão*”.<sup>11</sup> Para isto, o IPES funcionou como “*organização de classe que reunia a elite orgânica do novo bloco de poder e que expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados*”.<sup>12</sup> Na campanha eleitoral de 1962, por exemplo mais de U\$ 5 milhões foram aplicados no financiamento de candidaturas anticomunistas em todo o país. Dreifuss registra que naquela eleição “*a elite orgânica, por intermédio da rede IPES / IBAD / ADEP / ADP / Promotion S.A. havia financiado 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores*”.<sup>13</sup> Este financiamento não foi suficiente para impedir o avanço das candidaturas reformistas (João Goulart saiu vitorioso e o PTB aumentou sua bancada), mas certamente sem a intervenção do IPES/IBAD o avanço eleitoral petebista teria sido maior, possivelmente viabilizando a aprovação das reformas propostas por Goulart pelo Parlamento. O complexo IPES/IBAD saiu daquela eleição com uma expressiva bancada sob seu controle, reunindo 110 parlamentares de onze diferentes partidos.<sup>14</sup>

O historiador David Maciel aponta que havia uma indefinição quanto ao formato político a ser adotado pela institucionalidade autoritária, mas ressalta que a perspectiva de reordenamento da economia passando a uma modalidade dependente-associada já era nítida desde o momento de instalação da ditadura. De acordo com ele, “*O projeto político elaborado pelos militares que ascenderam com Castello Branco, já na ESG, evidenciava a clara opção pela perspectiva do capitalismo dependente-associado e, obviamente, pelo aprofundamento do padrão de acumulação monopolista*”.<sup>15</sup> A indefinição do formato institucional decorria da busca pela forma política adequada a esta transformação:

Na institucionalização da Ditadura Militar não havia um projeto claramente definido por algum setor político-social e que, bem ou mal, tivesse orientado todo o processo. Aqui, a institucionalização da Ditadura Militar foi aparecendo como solução para os sucessivos impasses e crises políticas que a ruptura da institucionalidade de-

<sup>10</sup> Idem: 483.

<sup>11</sup> Idem: 482.

<sup>12</sup> Idem: 482

<sup>13</sup> Idem: 331.

<sup>14</sup> Idem: 331.

<sup>15</sup> Maciel, *op. cit.*, p. 43.

mocrática foi gerando a partir de 1964. Para cada crise política era dado um passo adiante no processo de desmontagem da institucionalidade democrática, instalada em 1946, e de configuração da institucionalidade autoritária.<sup>16</sup>

Em termos análogos aos da reflexão de Dreifuss, Maciel identifica a unidade orgânica da diferentes frações do capital em torno da construção da institucionalidade autoritária necessária à sustentação do projeto de adequação do capitalismo brasileiro à modalidade associado-dependente:

A lógica monopolista requereu a consolidação de um sistema de transferência de renda da sociedade para o capital mediado pelo Estado, que fez o processo de acumulação depender muito mais dos esquemas de financiamento sustentados pelo Estado e pelo capital externo do que de um mercado de massa. Isso mostra não só as contradições de um padrão de acumulação voltado para o desenvolvimento interno mas controlado de fora, como sua próprias limitações no tocante à capacidade do capitalismo brasileiro em solidificar uma base interna de acumulação sólida e duradoura. A impossibilidade de criação de um sistema de financiamento interno e privado, a dupla face do problema da balança de pagamentos, o aprofundamento de dependência ao capitalismo internacional são evidências das vicissitudes e das contradições de um modelo de transformação capitalista concentrador de renda e poder, viabilizador, no entanto, da unidade orgânica entre as diversas frações do capital, necessária para a consolidação da institucionalidade autoritária.<sup>17</sup>

Esta interpretação coloca em evidência a racionalidade do processo, desmentindo qualquer traço de improvisação ou aleatoriedade: “*De Castello Branco a Médici, houve uma linha de continuidade que aprofundou o caráter militar da ditadura e submeteu progressivamente a arena da disputa política à vontade e à autoridade do Executivo federal e das forças repressivas que agiam em seu nome*”.<sup>18</sup> O Golpe de 1964 não foi uma reação improvisada nem teve um sentido exclusivamente negativo, de reativa recusa ao processo em curso sob o governo Goulart e às crescentes pressões produzidas pelos trabalhadores. Mais do que isto, o Golpe e a Ditadura tiveram como objetivo a transformação do sistema político e a conformação de um novo regime, em termos adequados aos objetivos mais amplos de reconfiguração do capitalismo brasileiro:

O bloco de poder multinacional e associado impôs uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio, que implicava a rejeição do bloco oligárquico-industrial populista e de seus mecanismos de representação e controles de classe. O novo bloco de poder rejeitou a ordem política anterior

<sup>16</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>17</sup> Idem, p. 72-73.

<sup>18</sup> Idem, p. 28.

e procurou estabelecer um regime tecno-empresarial, protegido e apoiado pelas Forças Armadas, um regime tal que os políticos se tornaram ancilares e, no processo, perderiam seu papel central. A nova relação entre o Estado, as classes dominantes e o bloco de poder multinacional e associado permitiu ao IPES moldar o processo de modernização econômica. Os anéis burocrático-empresariais foram consolidados. Os grupos econômicos que não pertenciam ao bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado foram excluídos dos processos principais de formulação de diretrizes.<sup>19</sup>

A pesquisa de Dreifuss permite uma compreensão do Golpe de 1964 que articula os aspectos políticos, econômicos e sociais em uma perspectiva de totalidade, identificando o sujeito histórico que conduziu uma transformação simultaneamente política e econômica – a ação do bloco multinacional-associado na articulação do Golpe de Estado e no encaminhamento de transformações estruturais no capitalismo brasileiro, – tendo portanto o mérito de superar explicações fragmentadoras, como por exemplo as recorrentes tentativas de responsabilização pessoal de João Goulart, cuja “incompetência”, “radicalismo” ou “desinteresse pelo cargo” são citados recorrentemente por jornalistas e mesmo por alguns historiadores como razão determinante da “desagregação” de seu governo e da efetivação do Golpe. Ao contrário, não era possível para a burguesia multinacional-associada impor as profundas transformações econômicas que desejava – com a inevitável regressão social que produziu –, dentro da ordem política vigente até 1964, em um contexto de politização e crescente organização dos trabalhadores. Para afirmar o modelo de desenvolvimento associado-dependente em sua plenitude era necessário impor uma ordem aberta e integralmente repressiva, com plena vigência do terrorismo de Estado contra o conjunto das organizações e movimentos das classes subalternas. Portanto, do ponto de vista das classes dominantes conduzidas pelo Complexo IPES/IBAD, era imprescindível a deflagração de um Golpe de Estado e a imposição de uma Ditadura de Segurança Nacional fundada no terrorismo de Estado. Esta “racionalidade” do processo não pode ser perdida de vista na análise dos diferentes movimentos que levaram ao Golpe e das diferentes conjunturas que marcaram a Ditadura.

Embora em nenhum momento a perspectiva teórica que orientou a pesquisa de Dreifuss tenha se tornado majoritária entre os intérpretes do Golpe e da Ditadura brasileiros, por muitos anos sua interpretação foi considerada pela grande maioria dos historiadores como uma referência obrigatória. Tal situação se modificou mais recentemente, como resultado de um movimento que diversos historiadores brasileiros têm designado como “revisonismo historiográfico”, conforme conceito e estudos históricos apresentados em obra coletiva organizada

<sup>19</sup> Dreifuss, *op. cit.*, p. 495.

por Demian Bezerra de Melo.<sup>20</sup> É verdade que a tese de Dreifuss recebeu críticas desde a publicação de seu livro, em sua maioria proveniente de perspectivas que sublinhavam a “autonomia” da instituição militar e seu protagonismo na preparação e desencadeamento do Golpe. No entanto, a primeira crítica sistemática com repercussão mais ampla foi a produzida pela cientista política Argelina Figueiredo, que criticou Dreifuss considerando ser “*questionável a alegação de que a burguesia teve um papel de liderança e de coordenação na conspiração*”.<sup>21</sup> Em sua avaliação, Dreifuss “*falha em fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes*”<sup>22</sup> Além disso, como critica Melo, Figueiredo “*desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da embaixada dos EUA etc., para responsabilizar aqueles que, em 1964 foram apeados do poder*”.<sup>23</sup>

No contexto dos eventos que marcaram os 40 anos do Golpe de 1964, a perspectiva revisionista difundiu-se intensamente. A própria obra de Elio Gaspari (que discutiremos nas próximas seções) tem grande importância neste movimento. Naquele momento, a interpretação de Dreifuss passou a ser criticada de forma sistemática, a partir de uma orientação amenizadora na forma de compreender a ditadura e que deixa de propor uma perspectiva totalizante para buscar “culpadados” pelo Golpe, seja criticando os “erros” de João Goulart, seja identificando uma “falta de apego à democracia” nos atores políticos da esquerda. Perdia-se de vista, assim, a relação entre o Golpe de 1964 e a crise de acumulação capitalista e os impasses do projeto populista, e as articulações golpistas deixavam de ser consideradas ou eram relegadas à condição secundária. Melo considera que o ano de 2004 foi marcante para a afirmação da visão revisionista em torno do Golpe e da Ditadura, “*que, grosso modo, se resumia a três teses: 1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2) na verdade, ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3)*

<sup>20</sup> Melo, Demian Bezerra. Melo (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Em texto na orelha do livro, o historiador Renato Luis do Couto Neto e Lemos esclarece: “*O revisionismo atacado no livro – é importante observar – não se confunde com a necessária e legítima operação de constante reavaliação do conhecimento disponível, em cotejo com as novas fontes, objetos e problemáticas impostos pelo movimento das sociedades. Ao contrário, mira os artifícios que se adotam para obstar o avanço do conhecimento, negando validade heurística a conceitos associados à luta de classes e propondo substituí-los por outros, voltados à descaracterização da natureza classista das sociedades*” Lemos, orelha). No texto da contracapa, ressaltamos que o uso do termo *revisionismo* remete a uma forma muito particular de revisão, aquela “*que à historiografia crítica contrapõe uma visão conservadora, negadora dos conflitos e destituída de referências teóricas sólidas. De sua vertente mais caricatural – o negacionismo – até versões mais sofisticadas e com ampla influência entre os historiadores como o culturalismo, tal revisionismo disputa os sentidos do passado em uma abordagem na qual as classes sociais deixam de ser consideradas como variáveis fundamentais e portanto a luta de classes aparece como anomalia*” (Calil, contracapa).

<sup>21</sup> Figueiredo, Argelina. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 174.

<sup>22</sup> Idem, p. 27.

<sup>23</sup> Mello, *op. cit.*, p. 160.

a resistência à ditadura não passou de um mito”.<sup>24</sup> Como discutiremos adiante, estas três teses perpassam a obra de Gaspari.

Neste ano de 2014, no contexto dos 50 anos do Golpe de 1964, alguns historiadores, através de novas publicações e de intervenções no debate público, radicalizaram as perspectivas relativistas em relação ao Golpe e à Ditadura, inclusive propondo uma redefinição dos marcos cronológicos que definem a duração da Ditadura. O historiador Daniel Aarão dos Reis Filho, por exemplo, defende que a Ditadura encerrou-se em 1979, sendo substituída então por um período de “transição” que já não mais poderia ser qualificado como Ditadura.<sup>25</sup> Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, Aarão é ainda mais enfático: “Depois de 1979, deixou de haver um estado de exceção no Brasil. Subsistiu um Estado de Direito autoritário, sem dúvida, marcado pelo chamado “entulho autoritário”, que só seria revogado pela Constituição de 1988. Entre 1979 e 1988, o país conheceu um período de transição --ainda não havia um Estado de Direito democrático, mas já não existia ditadura”.<sup>26</sup> Esta perspectiva foi criticada pelo historiador Mário Maestri Filho, para quem Reis Filho adota uma perspectiva formalista que confunde respeito formal a normas institucionais com democracia. Maestri Filho contrapõe ao procedimento de Reis Filho o núcleo central da proposição de Dreifuss: “O caráter essencialmente burguês do golpe militar de 1964 é questão patente para a historiografia não formalista. É ideia há muito consolidada que, em 1964, a ruptura da gestão civil e a administração do Estado e da sociedade pelo alto mando militar foi projeto proposto, avançado e sustentado pelo bloco proprietário dominante no país, já sob a direção da burguesia industrial, sobretudo paulista”.<sup>27</sup> Reis Filho também critica a utilização do termo ditadura militar, enfatizando o caráter “civil-militar” do Golpe e da Ditadura, no entanto em perspectiva claramente distinta daquela adotada por Dreifuss. Melo critica o sentido desta perspectiva: “Em vez de o termo ‘civil-militar’ se ligar à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na ideia de algo como uma cumplicidade da ‘sociedade brasileira’ com a ditadura, como se fosse possível a existência de uma tal ‘sociedade’, como uma coisa homogênea”.<sup>28</sup>

Outro autor que vem avançando na proposição de interpretações revisionistas é o historiador Marco Antonio Villa, que foi consultor e revisor da obra de Elio Gaspari e retoma algumas de suas proposições, como a desqualificação pessoal de João Goulart e o encurtamento da Ditadura. Seu recente livro *Ditadura à brasi-*

<sup>24</sup> Idem, p. 158.

<sup>25</sup> Reis Filho, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>26</sup> Reis Filho, Daniel Aarão. “A ditadura Cronológica”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26.3.2014, p. 3.

<sup>27</sup> Maestri Filho, Mário José. “O homem que encurtou a democracia”. *Correio da Cidadania*, 2014. Disponível em [http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9610:submanchete150514&catid=72:imagens-rolantes](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9610:submanchete150514&catid=72:imagens-rolantes), consultado em 7.8.2014.

<sup>28</sup> Melo, *op. cit.*, p. 168.

leira<sup>29</sup> promove de forma sistemática a desqualificação pessoal de João Goulart e retoma a ideia de que o que ocorreu em 1964 foi um “contra-golpe preventivo, o que como bem observou Melo é “*uma tese, aliás, que nada mais é do que o argumento dos verdadeiros golpistas*”.<sup>30</sup> Em artigo recente, Villa qualifica Goulart como “golpista” e “incompetente”: “*Era tributário de uma tradição golpista, típica da política brasileira da época. Nunca fez questão de esconder seu absoluto desinteresse pelas questões mais complexas da administração*”.<sup>31</sup> Com tal simplificação, uma vez mais, deixam de ser considerados os impasses estruturais do capitalismo brasileiro e as articulações empreendidas pela burguesia para a produção do Golpe. Mas Marco Villa vai além e radicaliza o *encurtamento* da Ditadura. Enquanto Reis Filho propôs a revisão no marco de encerramento da Ditadura, Villa avança para a revisão também de seu marco de instalação “*Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982*”.<sup>32</sup> Em artigo recente, além de reproduzir literalmente este mesmo trecho, acrescentando no final a pergunta retórica “*Que ditadura no mundo foi assim?*”, Villa responsabiliza os ex-militantes da luta armada pelos supostos equívocos da interpretação “dominante”: “*Os militantes da luta armada construíram um discurso eficaz. Quem os questiona é tachado de adepto da ditadura. Assim, ficam protegidos de qualquer crítica, e evitam o que tanto temem: o debate, a divergência, a pluralidade, enfim, a democracia*”.<sup>33</sup> A interpretação amenizadora da Ditadura e a desqualificação dos remanescentes da luta armada no presente, arbitrariamente apresentados como sujeitos que “temem a democracia”, se articula à desqualificação sumária da resistência armada, que segundo seu juízo sumário “*não passou de ações isoladas de assaltos a bancos, sequestros, ataques a instalações militares e só*”.<sup>34</sup> Esta abordagem perde inteiramente de vista a perspectiva processual, a visão de totalidade e a articulação entre os elementos econômicos, políticos, sociais e culturais que levaram à afirmação de um Golpe de Estado em 1964 e imposição de uma Ditadura empresarial militar que durou 24 anos, encerrada apenas em 1988 quando finalmente o país passou a contar com uma Constituição democrática que derogou a legislação imposta pela Ditadura, ainda que não tenha impedido a permanência de uma “argamassa da ordem”,<sup>35</sup>

<sup>29</sup> Villa, Marco Antonio. *Ditadura à Brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.

<sup>30</sup> Melo, Demian Bezerra. “A historieta de Marco Antonio Villa: um negacionismo à brasileira”. *Blog Convergência*, 2014. <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2016>, consultado em 16.5.2014.

<sup>31</sup> Villa, Marco Antonio. “Jango e o Realismo fantástico”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14.1.2014, p. 3.

<sup>32</sup> Villa, Marco Antonio. “Ditadura à Brasileira”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5.3.2009, p. 3.

<sup>33</sup> Villa, Marco Antonio. “Golpe à Brasileira”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19.2.2014, p. 3.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Maciel, *op. cit.* De acordo com o autor, aspectos essenciais da ditadura “*seriam preservados em 1988, consolidando um padrão de democracia ainda fortemente determinado por uma perspectiva autocrática, apesar de todos os avanços dos movimentos sociais das classes subalternas nos anos anteriores*”. Idem, p. 326.

constituída pelas inúmeras permanências e continuidades, decorrentes, aliás, da presença e atuação do mesmo bloco social e político que interveio no início dos anos 1960.

#### A OBRA DE ELIO GASPARI

Elio Gaspari é um dos mais conhecidos jornalistas brasileiros, tendo sido colunista dos jornais de maior tiragem do país (como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*). Entre 1974 e 1979, manteve uma coluna política no *Diário de São Paulo*, e entre 1979 e 1985 foi diretor adjunto da revista *Veja*.<sup>36</sup> No final da década de 1960, chegou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e iniciou sua carreira jornalística no semanário comunista *Novos Rumos*, mas já na década seguinte manteve relação íntima do Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Ernesto Geisel participou do Golpe de 1964 e ocupou a presidência da República entre março de 1974 e março de 1979. Golbery do Couto e Silva foi um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, e teve destacada participação na conspiração golpista de 1964 à frente do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). No governo de Ernesto Geisel, ocupou a Chefia da Casa Civil. Elio Gaspari registra: “*Convivi com ambos. Com Golbery, de 1969 até sua morte, em São Paulo, em setembro de 87. (...) Com Geisel, tive dezenas de demoradas e profícuas conversas a partir de 1979*”.<sup>37</sup> A relação de proximidade e simpatia com estes dois personagens centrais da ditadura é marcante na obra de Gaspari sobre a ditadura.

A obra de Elio Gaspari sobre a ditadura é constituída de quatro volumes, lançados entre 2002 e 2004. Os dois primeiros volumes (*A ditadura envergonhada*<sup>38</sup> e *A ditadura escancarada*<sup>39</sup>), lançados em 2002, constituem a série “As Ilusões Armadas”. De acordo com Gaspari, nestes volumes “*vai contado o período de 31 de março de 1964 ao final do governo do general Emilio Médici, no início de 1974*”.<sup>40</sup> Os volumes 3 e 4 (*A ditadura derrotada*<sup>41</sup> e *A ditadura encurralada*<sup>42</sup>), lançados respectivamente em 2003 e 2004, constituem a série “O Sacerdote e o Feiticeiro”, e Gaspari indica que neles “*irão contadas as vidas de Geisel e Golbery, a trama que levou os dois de volta ao Planalto e os quatro primeiros anos do governo Geisel*”.<sup>43</sup> Em seu conjunto estes

<sup>36</sup> Informações extraídas do perfil “Elio Gaspari” do Portal dos Jornalistas. <http://www.portal-dosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=9553>, consultado em 10.9.2014

<sup>37</sup> Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia da Letras, 2002, p. 14 e 15.

<sup>38</sup> Gaspari, *A ditadura envergonhada*, op. cit.

<sup>39</sup> Gaspari, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia da Letras, 2002.

<sup>40</sup> Gaspari, *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 19

<sup>41</sup> Gaspari, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia da Letras, 2003.

<sup>42</sup> Gaspari, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia da Letras, 2004.

<sup>43</sup> Gaspari, *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 20.

quatro volumes totalizam 2.000 páginas. O autor completava a exposição do plano de sua obra informando que “*Falta escrever a história que vai da manhã de 12 de outubro de 1977 até o dia 15 de março de 1979, quando Ernesto Geisel, tendo acabado com a ditadura do AI5 [sic], tirou a faixa presidencial e foi se embora para Teresópolis*”.<sup>44</sup> Este volume seria chamado de *A ditadura acabada*, e, embora anunciado já em 2002, ainda não tem data definida para publicação.<sup>45</sup> Mesmo com a eventual publicação deste volume, a obra de Gaspari não abarcará todo o período da ditadura, por motivos que não são claramente explicados: “*Como não tenho interesse pelo governo do general Figueiredo, sua administração ficará no esquecimento que pediu*”.<sup>46</sup>

Ainda na “Explicação” que abre o primeiro volume da série, Gaspari explicava que não pretendia apresentar uma história geral da ditadura brasileira, mas algo supostamente menos pretencioso:

Em nenhum momento passou pela minha cabeça escrever uma história da ditadura. Falta ao trabalho a abrangência que o assunto exige, e há nele uma preponderância de dois personagens (Geisel e Golbery) que não corresponde ao peso histórico que tiveram nos 21 anos de regime militar. O que eu queria contar era a história do estratagema que marcou as suas vidas. Fizeram a ditadura e acabaram com ela.<sup>47</sup>

Vale registrar dois problemas nesta passagem, que discutiremos de forma mais detalhada adiante. O primeiro é que a obra de Gaspari, a despeito desta advertência, é efetivamente apresentada como uma “história da ditadura”, e muitas vezes como a história definitiva da ditadura brasileira. O segundo se evidencia no trecho destacado, que já antecipa a perspectiva interpretativa de Gaspari, segundo a qual foram as opções individuais destes dois personagens que determinaram o encerramento da ditadura, explicitando uma concepção individualista da História.

A análise crítica da obra de Elio Gaspari é necessária, pois sua importância e impacto não devem ser subestimados. A despeito da “Explicação” de Gaspari, seu conjunto de livros propõe, de fato uma explicação abrangente sobre a ditadura, cuja particularidade é exatamente basear-se na sobrevalorização das opções e ações de Geisel e de Golbery. Esta obra foi produzida com base no acesso que Gaspari teve a documentos restritos que lhe foram confiados pelos personagens

<sup>44</sup> Idem, p. 20.

<sup>45</sup> De acordo com matéria publicada em janeiro de 2013, a obra “*ainda está sendo escrita e não tem previsão de lançamento. Ele começará com a queda do então ministro do Exército Sylvio Frota, em outubro de 1977, e abordará essencialmente o último ano do governo de Ernesto Geisel*”. “Livros de Elio Gaspari sobre a ditadura militar serão relançados por nova editora”. <http://portalimprensa.com.br/noticias/livros/56012/livros+de+elio+Gaspari+sobre+a+ditadura+militar+serao+relancados+por+nova+editora>, acessado em 10.9.2014.

<sup>46</sup> Gaspari, *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 20.

<sup>47</sup> Idem, p. 20, grifo meu.

principais de sua obra. Um indicador de seu impacto é o fato de que a série vendeu mais de 400 mil exemplares pela Companhia das Letras entre 2002 e 2012.

Elio Gaspari apresenta como diferencial de sua obra o uso de documentos inéditos, dentre os quais “25 caixas de arquivo morto” com “um acervo de 5 mil documentos”, organizados por Heitor Ferreira, secretário de Geisel e Golbery,<sup>48</sup> e “um diário manuscrito que em 1985 somava 17 cadernos escolares com cerca de meio milhão de palavras”.<sup>49</sup> Deste último, Heitor Ferreira cedeu a Gaspari “cópias do período que vai de 1964 a 1976”, e excertos do período seguinte.<sup>50</sup> Esta documentação até hoje não é de acesso público e vem sendo mantida sob controle privado por Gaspari. Em resposta às críticas recebidas, recentemente Gaspari começou a divulgar alguns documentos em um sítio eletrônico de divulgação de seus livros. No entanto, esta divulgação é feita de forma seletiva e arbitrária, mantendo o conjunto documental longe do acesso público. O sítio “Arquivos da Ditadura – Documentos reunidos por Elio Gaspari” traz a seguinte explicação: “Durante os últimos trinta anos, Elio Gaspari reuniu os documentos que serviram de base para a edição e a reedição de seus livros sobre o governo militar no Brasil”, informando que “entre eles, há 10 mil provenientes do arquivo do general Golbery do Couto e Silva”, e concluindo que “este site disponibiliza uma seleção desse rico material. (...) É a primeira vez que esses documentos ficam disponíveis para consulta na internet”.<sup>51</sup> Esta documentação é de inequívoco interesse público e só a disponibilização integral deste conjunto documental permitirá a todos os pesquisadores as condições adequadas para a devida avaliação da interpretação proposta por Gaspari.

A divulgação da obra pela sua atual editora volta a enfatizar o “ineditismo” da documentação, e ao mesmo tempo deixa claro que a pretensão da obra vai muito além da reconstrução biográfica de dois personagens históricos: “Durante os últimos trinta anos, o jornalista Elio Gaspari reuniu documentos até então inéditos e fez uma exaustiva pesquisa sobre o governo militar no Brasil. O resultado desse meticuloso trabalho gerou um conjunto de quatro volumes que compõe a obra mais importante sobre a história recente do país”.<sup>52</sup>

É inquestionável que existe uma relação direta entre o favorecimento de Gaspari como receptor desta documentação e sua perspectiva analítica compatível com a versão difundida pelos ditadores que a cederam – Heitor Ferreira, Geisel e Golbery. A resenha crítica de Mário Maestri e Mário Augusto Jakobskind já salientava esta relação: “A conclusão da leitura dos dois presentes livros permite ao leitor

<sup>48</sup> Idem, p. 14. Gaspari explica que “Durante o governo de Geisel, Heitor organizou o arquivo do presidente”. Idem, p. 14.

<sup>49</sup> Idem, p. 15.

<sup>50</sup> Idem, p. 15.

<sup>51</sup> <http://arquivosdaditadura.com.br/arquivo>, consultado em 3 de março de 2014.

<sup>52</sup> [http://www.travessa.com.br/AS\\_ILUSOES\\_ARMADAS\\_A\\_DITADURA\\_ENVERGON-HADA/artigo/7303ea4e-225f-42f0-abb8-8d7a11050084](http://www.travessa.com.br/AS_ILUSOES_ARMADAS_A_DITADURA_ENVERGON-HADA/artigo/7303ea4e-225f-42f0-abb8-8d7a11050084), consultado em 28.8.2014.

responder à pergunta inicial do autor sobre as razões de Geisel e Golbery guardarem e entregarem a ele seus arquivos, concedendo-lhe o privilégio de um longo convívio e demoradas entrevistas”.<sup>53</sup> Dos agradecimentos constam inúmeros apoiadores civis da ditadura (como José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Antonio Delfim Netto) e militares diretamente envolvidos com a repressão política, incluindo-se uma referência emblemática: “Ao coronel Carlos Brilhante Ustra devo longos esclarecimentos sobre a estrutura dos DOIS e do CIE”.<sup>54</sup> Não é razoável tratar como “esclarecimento” a versão difundida por um notório torturador sobre o funcionamento dos Departamentos de Ordem Interna e do Centro de Informações do Exército, dois dos mais destacados aparatos repressivos.

Como já foi observado pelo historiador João Amado, a repercussão da obra de Gaspari deve-se sobretudo à intensa campanha publicitária que impulsionou seu lançamento: “A grande imprensa, como um partido único, fez resenhas laudatórias, num formidável trabalho de preparação do leitor para considerar os livros de Gaspari as obras máximas da historiografia sobre a ditadura”.<sup>55</sup> Seu lançamento entre os anos de 2002 e 2004 tinha como objetivo influenciar o debate historiográfico que ganhou grande destaque midiático em virtude da passagem dos 40 anos do Golpe de 1964, ensejando ampla reavaliação historiográfica acerca do Golpe e da Ditadura. Em 2013, já sob o selo de outra editora (Intrínseca), os livros foram relançados no contexto de preparação das comemorações dos 50 anos do Golpe, contando com nova operação publicitária e uma tiragem inicial de 30.000 exemplares de cada volume.<sup>56</sup>

#### ELIO GASPARI, O GOLPE E A DITADURA

Os dois primeiros volumes da obra de Gaspari, ao contrário dos seguintes, foram objeto de diversas avaliações críticas por parte de historiadores que apontam seu sentido político conservador e sua chave interpretativa centrada nas ações dos grandes personagens. Este último aspecto é magistralmente sintetizado por Maestri e Jakobskind: “É com surpresa que os leitores penetram numa espécie de máquina do tempo que os projeta em um universo analítico quase oitocentista, onde os fatos históricos resolvem-se sobretudo a partir da decisão, das qualidades e das idiosincrasias dos grandes

<sup>53</sup> Maestri, Mário José & Jakobskind, Mário Augusto. “A ditadura envergonhada”. *História & Luta de Classes*, n. 1, Rio de Janeiro, 2004, p. 131.

<sup>54</sup> Gaspari, *A ditadura envergonhada*, op. cit., p. 17. A referência é reproduzida com ligeira variação no último volume: “O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra explicou-me a ação do Centro de Informações do Exército em 1977”. Gaspari, *A ditadura encurralada*, op. cit., p. 17. Grifo meu.

<sup>55</sup> Amado, João. A ditadura de Gaspari. *Observatório da Imprensa*, <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/al270120043p.htm>, consultado em 12.9.2014. Amado menciona a cobertura dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* e os elogios dos historiadores Maria Celina D’Araújo e Daniel Aarão dos Reis Filho.

<sup>56</sup> Cf. <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/elio-gaspari/>, consultado em 4.3.2014.

atores políticos. Um cenário em que as massas populares não aparecem nem mesmo como figurantes”.<sup>57</sup>

A explicação de Gaspari sobre o Golpe retoma diversos argumentos utilizados pelos próprios golpistas, como a suposição de que havia um “golpe de esquerda” em curso e a desqualificação de João Goulart, e desconsidera a participação da burguesia brasileira na conspiração, a atuação do complexo IPES/IBAD e o papel desempenhado pela embaixada dos Estados Unidos. É sintomático que dentre as mais de 200 obras citadas na bibliografia dos dois primeiros volumes, Gaspari não inclua a obra de René Dreifuss, imprescindível para a compreensão da construção da conspiração, como discutimos anteriormente. Como aponta João Amado, “a interpretação de Gaspari é superficial e ainda tenta isentar as classes empresariais transnacionais e organismos estadunidenses de maiores responsabilidades no golpe militar e na repressão”.<sup>58</sup> Também Maestri e Jakobskind ressaltam a ocultação do caráter de classe do Golpe e da Ditadura na narrativa de Gaspari:

O golpe de 1964 deixa de ser a imposição radical pelas classes hegemônicas de novo padrão de acumulação, em detrimento dos trabalhadores, projeto que fracassara em 1954 e 1961 devido à insurreição popular nascida do suicídio de Getúlio e do movimento pela Legalidade. Gaspari praticamente absolve o empresariado nacional da responsabilidade política da consolidação da ditadura, transformada em um sucesso essencialmente militar.<sup>59</sup>

No clássico procedimento de responsabilização das vítimas pela violência sofrida, Gaspari responsabiliza João Goulart pela própria deposição. Sua caracterização do presidente deposto reproduz o discurso dos golpistas, promovendo a desqualificação de Goulart: “*Sua biografia raquítica fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas de cavalos ou de coristas. Tinha 15 mil hectares de terra em São Borja e um rebanho de 65 mil animais.*”<sup>60</sup> É difícil compreender a qualificação “biografia raquítica”, já que Goulart fora deputado estadual e federal, secretário Justiça do Rio Grande do Sul, Ministro do Trabalho e vice-presidente de Juscelino Kubitschek antes de se reeleger vice-presidente em 1960 e assumir a presidência no ano seguinte, com a renúncia de Jânio Quadros. Já a referência ao tamanho da propriedade rural e do rebanho de Goulart tem como fonte indicada por Gaspari o discurso do deputado golpista Antonio Carlos Magalhães proferido justamente no dia 1º de abril de 1964, não podendo portanto ser considerado como referência confiável.

Outro elemento da construção interpretativa de Gaspari é a suposição de que havia um “golpe de esquerda em curso”: “*Havia dois golpes em marcha. O de Jango*

<sup>57</sup> Maestri & Jakobskind, *op. cit.*, p. 126.

<sup>58</sup> Amado, *op. cit.*

<sup>59</sup> Maestri & Jakobskind, *op. cit.*, p. 126-7.

<sup>60</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada, op. cit.*, p. 46

viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial”.<sup>61</sup> Observe-se no que constituía o suposto “golpe” de Goulart: pressão popular para aprovação de reformas e eventualmente para a aprovação da possibilidade de reeleição. O sentido da operação é inequívoco, iguala as intenções de golpistas e golpeados e com isto ameniza e justifica o Golpe, como se observa explicitamente na sequência do argumento: “Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda.”<sup>62</sup> Como já foi observado por Maestri e Jakobskind, “A equação proposta é simples: se Jango tivesse vencido seu hipotético golpe, teria praticado hipotéticas violências. Portanto, as violências imaginadas de Jango justificam as violências reais de Castello Branco”.<sup>63</sup>

O envolvimento do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, com a conspiração é apresentado de forma simplória, como se sua ação fosse efetivamente motivada pela preocupação com a democracia, supostamente ameaçada pela tentação autoritária de Goulart: “A costura militar do embaixador era antiga e profunda. Era anterior ao plebiscito que devolvera os poderes presidenciais a Jango e se baseava no receio de que se estivesse caminhando para uma ‘ditadura pessoal e populista’”.<sup>64</sup>

A interpretação de Gaspari sobre o Golpe se completa com as proposições de que a intervenção militar foi uma ação improvisada e sem planejamento -- em resposta às atribulações da conjuntura política e sem preparação anterior --, e que foi determinado por razões essencialmente militares. Ambas propostas interpretativas se expressam no jogo de palavras com o título dos dois primeiros capítulos: “O Exército dormiu janguista” e “O Exército acordou revolucionário” -- dupla inverdade, pois a conspiração ganhou força militar muito antes da véspera do Golpe, e evidentemente tratou-se de um Golpe e não de uma Revolução. A maior prova de que o golpe não foi improvisado é a sucessão de diversas tentativas golpistas fracassadas desde a década de 1950, inclusive com dois golpes parcialmente exitosos: o Golpe de 1954, que culminou com a deposição de Vargas; e o Golpe de 1961, que redundou na imposição do parlamentarismo e limitação dos poderes do próprio João Goulart. Mas na narrativa de Gaspari, as opções dos militares se deram no calor dos acontecimentos e como resposta à quebra da hierarquia militar. Assim, descreve como se fossem razoáveis as exigências impostas pelos golpistas:

Por volta das dez horas da noite do dia 31, o general Kruel, num dramático telefonema, pediu ao presidente que rompesse com a esquerda. Queria a demissão de Abelardo Jurema do Ministério da Justiça e de Darcy Ribeiro da chefia do Gabinete

<sup>61</sup> Idem, p. 51.

<sup>62</sup> Idem, p. 52.

<sup>63</sup> Maestri & Jakobskind, *op. cit.*, p. 127.

<sup>64</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada*, *op. cit.*, p. 59. Grifo meu.

Civil. Eram os colaboradores do presidente mais identificados com o radicalismo. Pedia também que o Comando Geral dos Trabalhadores fosse posto fora da lei. Jango ponderou que este tipo de acordo o levaria a uma capitulação humilhante, transformando-o num “presidente decorativo”.<sup>65</sup>

Observe-se que não há qualquer explicitação da evidente quebra da legalidade envolvida no suposto “acordo” que teria sido proposto por Krueel, envolvendo inclusive a proibição do funcionamento da principal organização intersindical. Na interpretação de Gaspari, ao contrário, Goulart teria rejeitado por orgulho, para evitar uma “capitulação humilhante”. Gaspari acrescenta ainda que “*Krueel não o estava traindo. Telefonava na presença de outros oficiais*”, os quais “*oscilavam entre a inquietação e a cautela*”.<sup>66</sup> O relato é inteiramente inverossímil, pois antes do horário do suposto telefonema, conforme denúncia do coronel Erimá Pinheiro Moreira, Krueel já tinha se incorporado ao esquema golpista, em troca de um suborno de U\$ 1,2 milhão.<sup>67</sup>

Amenizadas as responsabilidades dos golpistas – em particular dos militares que estiveram à frente do Golpe – Gaspari avança propondo como disjuntiva central a oposição entre militares “moderados” e militares “duros”, representados naquele contexto respectivamente por Castello Branco e Costa e Silva, para então apresentar o triunfo momentâneo da corrente moderada como ato inteiramente legal e constitucional: “*No dia 11 de abril, depois de um conciliábulo de governadores e generais destinado a evitar a coroação de Costa e Silva, o general Humberto de Alencar Castello foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição*”.<sup>68</sup> A explícita simpatia de Gaspari com Castello Branco se expressa também em juízos subjetivos, como quando afirma que “*Castello sofria [sic] procurando preservar alguma forma de legalidade*”<sup>69</sup> e na admiração por sua suposta erudição: “*Castello era um homem de hábitos simples, porém refinados, lia Anatole France e ouvia Mendelssohn*”.<sup>70</sup> Objetivamente, no governo Castelo foram efetuadas centenas de cassações e prisões, disseminou-se a prática da tortura, foram fechados os partidos políticos, foi instituída a censura e foi constituído o aparato repressivo que propiciou a posterior intensificação da repressão.

Na lógica argumentativa que supõe uma radical oposição entre os militares “moderados” e os “duros”, apenas os últimos são responsabilizados pela dinâmica repressiva. Isto explica a ênfase de Gaspari no Ato Institucional número 5, con-

<sup>65</sup> Idem, p. 87.

<sup>66</sup> Idem, p. 88.

<sup>67</sup> <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-02-18/fiesp-subornou-general-para-trair-jango-diz-coronel-a-comissao-da-verdade-de-sp.html>, consultado em 9.8.2014.

<sup>68</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada*, op. cit., p. 125. Grifo meu.

<sup>69</sup> Idem, p. 139.

<sup>70</sup> Idem, p. 139. Como contrapondo, os integrantes da chamada “linha dura” são apresentados de forma oposta: “*Costa e Silva se orgulhava de só ler palavras cruzadas. Medici freqüentava estádios de futebol com um radinho de pilha no ouvido e um cigarro na boca*”. Idem, p. 139.

siderado como principal marco de ruptura – mais do que o próprio Golpe de 1964. Enquanto o período em que Castello Branco esteve à frente da ditadura é designado como “ditadura envergonhada”, minimizando claramente os atos de violência executados neste período, a imposição do Ato Institucional Número 5 marcaria a passagem da ditadura de “envergonhada” para “escancarada”. Uma vez mais, isenta-se os “moderados” de qualquer responsabilidade e a culpa recai sobre a “desordem nos quartéis”: *“A direita brasileira precipitou o Brasil numa ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis”*.<sup>71</sup> Assim, paradoxalmente, a crescente repressão praticada pelos militares e a montagem do vasto aparato repressivo, ao invés de ser considerada como fruto direto da ditadura, é compreendida como expressão de sua “fraqueza”. De fato, a montagem de vasto aparato repressivo é uma das marcas fundamentais do período em que Castello esteve à frente do governo e tem continuidade durante o governo do “duro” Costa e Silva, e os agentes da repressão consolidam força política suficiente para impor o “golpe no golpe” concretizado com o AI5. O que não é razoável é dissociar Castello Branco e os “moderados” de tal processo.

O historiador Waldir Rampinelli critica esta interpretação:

O golpe de 1964 violentou o Estado de direito, e o Ato Institucional 5 foi apenas uma conseqüência de seu aprofundamento. Considerar que a ditadura começou com a edição do AI5 em 13 de dezembro de 1968 significa relativizar o período anterior que derrubou um presidente constitucional, desrespeitou as liberdades individuais e coletivas e submeteu o país aos interesses do capital internacional. Essa ditadura, inclusive, não estaria envergonhada, mas muito bem assumida. (...) O AI5 não é o resultado do crescimento do “terror de esquerda”, mas sim da necessidade de institucionalização do terror de Estado.<sup>72</sup>

Na narrativa de Gaspari, o sentido geral do processo perde-se em meio a apreensões subjetivas que amenizam as responsabilidades de personagens diretamente envolvidos no Golpe e na instalação da ditadura. Em algumas passagens em que a operação amenizadora é explícita: *“Nos primeiros nove meses do regime morreram mais treze pessoas, número indiscutivelmente baixo nas estatísticas do golpismo latino-americano, porém médio para as quarteladas nacionais”*.<sup>73</sup> Uma vez mais, as responsabilidades são

<sup>71</sup> Idem, p. 141.

<sup>72</sup> Rampinelli, Waldir José. “As ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada de Elio Gaspari: Uma grande obra com grandes lacunas”. *Lutas Sociais*, n. 11/12, São Paulo, 2004, p. 207.

<sup>73</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada*, op. cit., p. 131.

atribuídas à “radicalização mútua”: “*Eram parte do jogo bruto provocado pela radicalização dos últimos anos*”.<sup>74</sup>

No segundo volume – *A ditadura escancarada* –, cujo marco inicial é justamente o AI5, há farto e detalhado relato da tortura e das violências cometidas pela ditadura, acentuando a pretensa contraposição com o período supostamente menos repressivo da *ditadura envergonhada*. Ainda assim, a sua interpretação compreende a repressão como produto da “anarquia dos quartéis”, perdendo de vista seu caráter institucional e sistemático. Já na abertura do livro, esta perspectiva é explicitada: “*Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional número 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo*”.<sup>75</sup> Não se pode acusar Gaspari de omitir as violências praticadas entre 1969 e 1974: sua descrição ocupa a maior parte do segundo volume de sua obra. No entanto, além de pressupor uma contraposição entre a prática da repressão neste período e a que ocorreu sob o governo Castello Branco, a narrativa de Gaspari identifica nos próprios agentes da repressão – e na suposta “anarquia dos quartéis” – o motor das violências praticadas. Até mesmo os destacamentos de operações especiais (DOI) são tratados como expressão da anarquia, ainda que sua implantação tenha ocorrido de forma sistemática: “*Por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar*”.<sup>76</sup> Gaspari utiliza os termos “o porão” para designar os centros repressivos e “a tigrada” para nominar os agentes da repressão, estabelecendo uma dissociação entre o aparato repressivo e os governos ditatoriais que o sustentavam, apresentando o primeiro como dotado de autonomia, como se expressa neste trecho: “*As organizações de esquerda e a máquina repressiva do governo tinham um interesse em comum: assegurar a continuidade da ameaça terrorista negando que a morte de Marighella fosse resultado do abalo da estrutura da ALN. Senão, uns ficariam sem revolução e outros sem ocupação*”.<sup>77</sup> O tratamento irônico e desqualificador destinado à esquerda armada presente neste trecho repete-se inúmeras vezes em sua obra, com a recorrente utilização do termo “terrorismo” para referir-se a elas e sua descrição como produto da inconseqüência e completa dissociação da realidade. Ao referir-se à prisão de militantes da ALN no final de 1968, Gaspari ironiza: “*Os combatentes refluíram para lamber as feridas*”.<sup>78</sup> Marighella e a ALN são seus principais alvos, sendo o Manual do guerrilheiro urbano qualificado como “*um documento triunfalista, desordenado. Sua grandiloqüência escondia uma*

<sup>74</sup> Idem, p. 132.

<sup>75</sup> Gaspari, *A ditadura escancarada*, op. cit., p. 13. Grifo meu.

<sup>76</sup> Idem, p. 175. Grifo meu.

<sup>77</sup> Idem, p. 156.

<sup>78</sup> Idem, p.49.

*concepção primária de organização*".<sup>79</sup> Através da generalização Gaspari perde de vista a diversidade de formulações estratégicas e objetivos das diferentes organizações de resistência armada, ensejando um julgamento sumário: "*A luta armada fracassou porque o objetivo final das organizações que a promoveram era transformar o Brasil em uma ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas*".<sup>80</sup> As organizações recebem a acusação de que "*não tiveram nem buscaram adesões fora da esquerda*".<sup>81</sup> Ignorando completamente as condições concretas impostas pela ditadura, Gaspari conclui que "*a natureza intrinsecamente revolucionária das organizações armadas retirou-lhes o apoio, ainda que ténue, do grosso das forças que se opunham ao regime*".<sup>82</sup> Assim, o próprio recurso à luta armada é apresentado como se fosse uma opção livre das organizações, decorrente de seus objetivos revolucionários e de sua falta de compromisso com a "democracia", o que não corresponde ao processo histórico concreto e é empiricamente insustentável, pois diversas organizações provenientes de dissidências do PCB tinham como objetivo fundamental o restabelecimento da democracia, como parte do que seria o processo de "libertação nacional" preconizado na estratégia etapista propugnada pelo PCB. Seu rompimento com o PCB era profundo no que se referia à crítica aos métodos e às táticas, mas superficial no conteúdo e caracterização da revolução brasileira, fazendo com que produzissem elaborações variadas sobre a importância do restabelecimento da democracia e seus percursos.

#### ELIO GASPARI, O GOVERNO GEISEL E A TRANSIÇÃO

Os livros *A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada*, que constituem a série "O Sacerdote e o Feiticeiro" abarcam o período entre a posse de Ernesto Geisel na presidência da República, em março de 1974, e a demissão de seu Ministro do Exército, General Sylvio Frota, em outubro de 1977. A narrativa dos eventos é portanto muito mais detalhada e minuciosa do que nos volumes anteriores. Em contrapartida, alguns dos problemas presentes naqueles volumes se acentuam, muito especialmente a concepção de história centrada nas ações dos grandes homens, pois é neste período que os *personagens* tidos por Gaspari como grandes protagonistas têm papel mais destacado, sendo convertidos em verdadeiros heróis da trama. O enredo proposto é simplório: Geisel (o "sacerdote") e Golbery (o "feiticeiro") seriam os grandes responsáveis pela abertura política (que só se concluiria mais de uma década depois da posse de Geisel!). As qualidades e defeitos dos personagens determinam a todo o momento as idas e voltas da história.

<sup>79</sup> Idem, p. 142.

<sup>80</sup> Idem, p. 193.

<sup>81</sup> Idem, p. 194.

<sup>82</sup> Idem, p. 194.

Como salientaram Maestri e Jakobskind, Gaspari, “*ao modo da literatura romântica do século XIX*”, se baseia nos “*perfis psicológicos dos grandes homens, para deduzir deles sumariamente seus comportamentos políticos e, assim, assentar a explicação de momentos históricos singulares nas idiosincrasias pessoais dos personagens excelentes*”.<sup>83</sup> É exatamente o que se verifica, em especial no que se refere ao tratamento dado a Geisel e Golbery, personagens cujas escolhas e propósitos teriam sido definidores de todo o processo:

Geisel (o Sacerdote) e Golbery (o Feiticeiro) formaram uma parceria sem precedentes na história do Brasil. (...) Os dois generais aproximaram-se durante o primeiro governo da ditadura, quando Geisel, com 56 anos, chefou o Gabinete Militar do presidente Castello Branco e Golbery, com 52, fundou e dirigiu o Serviço Nacional de Informações. Voltaram ao poder no dia 15 de março de 1974. Tinham o propósito de desmontar a ditadura radicalizada desde 1968, com a edição do Ato Institucional número 5. Queriam restabelecer a racionalidade e a ordem.

Geisel recebeu uma ditadura triunfalista, feroz contra os adversários e benevolente com os amigos. Decidiu administrá-la de modo que ela se acabasse.<sup>84</sup>

A interpretação de Gaspari coincide inteiramente com a visão difundida pelo próprio Geisel, que perguntado sobre “*como nasceu o projeto de abertura, de distensão*”, em depoimento concedido entre 1993 e 1994, respondeu que “*isso era assunto da minha conversa com o Golbery, que era muito favorável à abertura e à distensão. (...) Era uma meta, um objetivo que tínhamos que atingir. Daí começamos a conversar, a planejar, a discutir como e quando iríamos marchar para a abertura*”.<sup>85</sup>

O projeto distensionista de Geisel e Golbery é tomado de forma acrítica como expressão de seu desejo de acabar com a ditadura. O desencadeamento de um processo de distensão “lenta, gradual e segura” visava sobretudo consolidar as políticas implementadas pela ditadura, garantindo que a transição a um Estado de direito se desse da forma mais controlada possível. Como ressalta o historiador David Maciel a *distensão* baseava-se na “*dinamização dos mecanismos de representação política previstos pela própria institucionalidade autoritária, como as eleições parlamentares, os partidos e o Poder Legislativo*”.<sup>86</sup> Pretendia-se, portanto vitalizar a institucionalidade autoritária, ainda que para isto fosse necessário restabelecer lentamente algumas liberdades. Tratava-se de uma “*estratégia de antecipação adequada à manutenção*

<sup>83</sup> Maestri & Jakobskind. A ditadura envergonhada, *op. cit.*, p. 131. Os autores referem-se aos dois primeiros volumes da obra de Gaspari, mas suas observações críticas adéquam-se ainda mais em relação aos volumes seguintes.

<sup>84</sup> Gaspari, Elio. *A ditadura acabada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 15. Grifó meu.

<sup>85</sup> D’Araújo, Maria Celina & Castro, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 263-264.

<sup>86</sup> Maciel, *op. cit.*, p. 85.

da ordem social burguesa”.<sup>87</sup> A historiadora Rejane Hoeweler indica que intelectuais como Samuel Huntington, Wanderley Guilherme dos Santos e Roberto Campos participaram da formulação do *projeto distensionista*, tendo como objetivo a estabilização da ordem política e a superação das contradições instaladas no interior do bloco no poder.<sup>88</sup> Portanto, dar início a um processo de *distensão* e restabelecer a democracia são coisas muito diferentes, ao contrário do que propõe o texto de Gaspari.

É a aceitação ou não dos termos em que era proposto/imposto por Geisel e Golbery o projeto distensionista que organiza a exposição de Gaspari acerca do papel desempenhado pelos distintos sujeitos históricos. Os que se colocavam favoráveis – fossem integrantes da ditadura ou opositores moderados – são tratados com simpatia, ao passo que os críticos são tratados como “radicais”, termo usado simultaneamente para qualificar os integrantes da oposição que recusavam os termos da *distensão* e os integrantes do aparato repressivo que recusavam qualquer flexibilização da ditadura. Consequentemente, a polarização fundamental em sua narrativa deixa de opor defensores e críticos da ditadura, sendo substituída pela polarização “moderados” X “radicais”, sendo estes últimos tratados como obstáculos ao avanço do processo de distensão.

Dentre os “moderados” que apoiariam o projeto de Geisel e Golbery, se destacariam notórios agentes da ditadura (como João Batista Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações durante o governo Geisel; Petrônio Portela, presidente da Câmara dos Deputados durante o governo Geisel; e Paulo Egydio Martins, governador nomeado de São Paulo entre 1972 e 1979) e integrantes da oposição legal organizada em torno do Movimento Democrático Brasileiro – MDB que defendiam a conciliação com a ditadura (como Thales Ramalho, secretário-geral do MDB e Tancredo Neves, uma das mais influentes lideranças do partido). Em contraposição, a “linha dura” representaria ameaça permanente, constituindo um risco que teria sido habilidosamente contornado por Geisel e Golbery, com o apoio dos “moderados”. Desta forma, o reduzido avanço das medidas liberalizantes é explicado como prudência necessária frente à ameaça por eles representada: “Em 1977, ficava claro que, se os quartéis se movessem, o general Sylvio Frotta derrubaria Geisel”.<sup>89</sup>

Não é difícil identificar os “radicais” da ditadura que de fato se opunham a qualquer avanço do projeto distensionista. Sob a liderança de do Ministro do Exército Sylvio Frotta, setores militares diretamente vinculados ao aparato repressivo repudiavam qualquer diminuição na intensidade da repressão política.

<sup>87</sup> Idem, p. 90

<sup>88</sup> Hoeweler, Rejane Carolina. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil, 1972-1973*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2012.

<sup>89</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada*, op. cit., p. 451.

Sua posição, no entanto, tornava-se contraproducente à própria ditadura, especialmente a partir do total esmagamento da resistência armada. Gaspari relata os conflitos que levaram, em janeiro de 1976, à demissão dos generais Ednardo D'Avila Mello (comandante do II Exército) e Confúcio Danton de Paula Avelino (chefe do Centro de Informações do Exército), em decorrência do assassinato do operário Manuel Fiel Filho.<sup>90</sup> Na interpretação de Gaspari, a demissão de ambos reforçava a autoridade de Geisel sobre o aparato repressivo, colocando limites ao exercício arbitrário da repressão política descontrolada e contraproducente praticada pela *tigrada no porão*.<sup>91</sup> De fato é possível que operações como as que redundaram no assassinato de Manuel Fiel Filho ou de Vladimir Herzog constituíssem atos provocativos que objetivavam impedir o avanço do projeto distensionista. No entanto, é inteiramente falsa a percepção de que o governo Geisel age para desmontar o aparato repressivo. Ao contrário, em um contexto no qual as organizações de resistência armada já estão desarticuladas, há um esforço para manter em funcionamento o aparato repressivo, inclusive atingindo com maior ênfase setores da oposição que sempre recusaram a luta armada. Militares e civis muito próximos a Geisel ocupavam posições decisivas no aparato repressivo, e desde estas posições sustentavam a espionagem política (João Figueiredo, no Serviço Nacional de Informações) e a institucionalidade repressiva (Armando Falcão, no Ministério da Justiça). Em 1975, na convenção do partido oficialista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Geisel foi explícito na defesa da continuidade da repressão: “*O adversário, embora neutralizado, não foi destruído. É continuamente realimentado, inclusive com meios vindos do exterior e com a utilização de insidiosa propaganda e, assim, continua em atividade, exigindo que se lhe anteponha persistente ação preventiva e mesmo repressiva*”.<sup>92</sup> Naquele momento estava em curso a Operação Radar, dirigida contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que resultou na prisão de mais de duzentos militantes. Gaspari registra que ela tinha um objetivo muito preciso: “*Queriam atingir os políticos que tinham contato com os comunistas. Não se queria neutralizar o PCB. Pelo contrário, desejava-se propagar sua importância, transformando-a num fator de contágio. Estabeleceram-se as conexões que ligavam o PCB a Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Orestes Quércia e quatro deputados federais do MDB*”.<sup>93</sup> Atingir os setores mais críticos do MDB (que definiam-se como “autênticos”) implicava em reforçar o setor “moderado”, disposto a colaborar com o projeto distensionista. Trata-se, portanto, de operação repressiva inteiramente ajustada ao projeto de Gei-

<sup>90</sup> Idem, p. 219-223.

<sup>91</sup> Gaspari chega a reconhecer que “*na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos. Entendia a ditadura como uma modalidade de governo às vezes necessária e, no caso brasileiro, conveniente. Aceitara a tortura e os assassinatos porque vira neles recursos lógicos para a defesa do Estado. Seu limite era a anarquia militar.*” Idem, p. 220-221.

<sup>92</sup> Idem, p. 167-168. Grifo meu.

<sup>93</sup> Idem, p. 27.

sel e Golbery, mas nem por isto menos violenta. Tal racionalidade passa desapercibida na análise de Gaspari, que concebe o andamento de operações repressivas sob o governo Geisel como uma concessão defensiva de Geisel aos integrantes do aparato repressivo, até que pudesse desarticular seu funcionamento. Isto se evidencia no uso da expressão “pasto às feras”, que *“sugere uma benévola premeditação, em que uma violência menor se justifica diante de um objetivo maior”*.<sup>94</sup> Em sua avaliação, o problema seria que *“não havia pasto que chegasse”*,<sup>95</sup> reforçando a interpretação de que Geisel estaria concedendo a contragosto a autorização para as operações repressivas. Em 1976 e 1977, diversas operações de grande porte atingiram outros movimentos e organizações, e especialmente o movimento estudantil.<sup>96</sup>

O MDB fora constituído como partido de oposição moderada destinado a legitimar um simulacro de democracia. No entanto, em seu interior constituiu-se um grupo minoritário menos disposto à conciliação (os chamados “autênticos”). Durante o governo Geisel, como indica o historiador David Maciel, *“os autênticos e neo-autênticos vinham fortalecendo sua posição, impulsionada pela participação expressiva das diversas organizações de esquerda nas eleições”*.<sup>97</sup> Na visão de Geisel – reproduzida por Gaspari – esta parcela do MDB seria incapaz de compreender a “necessidade” de imprimir moderação e ritmo lento ao processo: *“Daqui a pouco acabo fechando o Congresso. (...) Eles não querem distensão, não, Golbery. Eles querem precipitar os acontecimentos. Não viram que esse troço só pode ir devagarzinho... A coisa estoura em cima deles e do país”*.<sup>98</sup> Geisel de fato fecharia o Congresso, em abril de 1977, mas antes disso optou por confrontar a ala “autêntica” do MDB caçando os mandatos de seus parlamentares mais destacados: *“Em março de 1976, os deputados federais emedebistas Amaury Müller e Nadyr Rosseti tiveram seus mandatos cassados por criticarem a ‘Revolução de 1964’; em abril, o deputado Lysâneas Maciel também viu cassados seu mandato e seus direitos políticos por protestar contra as cassações anteriores”*.<sup>99</sup>

A despeito da conhecida disposição do MDB em conciliar, Gaspari insiste em criticá-lo como “radical”, tratando inclusive como um “Golpe”<sup>100</sup> a recusa do partido em negociar uma reforma política que implicaria na suspensão das eleições diretas para governador, previstas para 1978. Ignorando o absurdo da proposta – que se aceita colocaria o MDB como cúmplice de um retrocesso evidente, sem qualquer compensação efetiva – Gaspari sentencia: *“O presidente do MDB [Ulisses Guimarães] não queria negociar. (...) Reuniu o Diretório Nacional, contou que lhe fora*

<sup>94</sup> Idem, p. 269-270.

<sup>95</sup> Idem, p. 270.

<sup>96</sup> A repressão durante o governo Geisel é discutida com maior detalhamento em Calil, Gilberto. “Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora”. *Outros Tempos*, São Luís, v. 11, 2014, p. 246-270.

<sup>97</sup> Maciel, *op. cit.*, p. 147.

<sup>98</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada*, p. 93.

<sup>99</sup> Maciel, *op. cit.*, p. 133.

<sup>100</sup> Gaspari, *A ditadura encurralada*, p. 356.

*oferecido o sacrifício das eleições diretas dos governadores e o início dos entendimentos que pudessem levar a uma reforma política. Pediu aos quinze pares que opinassem. Resultou o óbvio: o sacrifício foi repudiado por 15 X 0*".<sup>101</sup>

A recusa do MDB em aprovar um projeto de reforma do Poder Judiciário – que “*inserir-se no projeto distensionista do governo, na medida em que transferia para o Poder Judiciário parte da função de salvaguarda da ordem, localizada essencialmente no Poder Executivo*”<sup>102</sup>, serviu como pretexto para que Geisel impusesse um grande retrocesso e a reversão das expectativas relativas a qualquer avanço no sentido de ampliação das liberdades democráticas: em represália à não aprovação da reforma (que por implicar em mudança constitucional demandava dois terços dos votos, necessitando por isto do apoio do MDB), Geisel decretou o “Pacote de Abril”, fechando o Congresso Nacional e designando uma pequena comissão de áulicos – constituída por Geisel, Golbery, os presidentes da Câmara, do Senado e do partido do governo, e o Ministro da Justiça – com a incumbência de redigir um conjunto de reformas constitucionais. É importante compreender que *distensão* (nos termos do projeto de Geisel) e ampliação das liberdades democráticas são coisas inteiramente distintas. O Pacote de Abril favoreceu a distensão, ainda que obviamente tenha implicado em reversão de expectativas quanto à ampliação das liberdades democráticas. De acordo com Maciel, “*As principais medidas foram a suspensão das eleições diretas para governadores de estado e para um terço dos senadores (22 cadeiras) em 1978 (...) O mandato do presidente seguinte foi ampliado para 6 anos e sua eleição indireta foi antecipada de 15 de janeiro de 1979 para 15 de outubro de 1978, ainda na legislatura de 1974, em que a Arena tinha maioria*”.<sup>103</sup> Tais medidas visavam sobretudo garantir a Geisel o completo controle sobre o ritmo, a forma e a intensidade do processo distensionista. A arbitrária suspensão das eleições para governadores de estado – prevista na própria institucionalidade autoritária – é a mais evidente explicitação deste controle. Assim, como conclui Maciel, “*o Pacote de Abril marcou o fim de uma etapa no processo sucessório e impediu que a reativação da representação política invertesse a supremacia da representação burocrática no interior da sociedade civil*” e portanto “*não foi um ato de reversão dos propósitos distensionistas do governo, mas um ato de afirmação da capacidade do governo de conduzi-lo, mesmo que sob o acirramento das contradições civis e militares do bloco no poder*”.<sup>104</sup>

A narrativa construída nos volumes que constituem a série “O Sacerdote e o Feiticeiro” tem um sentido claro: apresentar Geisel como condutor do processo

<sup>101</sup> Idem, p. 355.

<sup>102</sup> Maciel, *op. cit.*, p. 146. Maciel complementa: “*conforme o projeto distensionista, a reforma do Judiciário pretendia reativar uma instância da esfera de representação burocrática, o direito e o Judiciário, mas também transferir a responsabilidade pela defesa da ordem e os instrumentos de exceção que a garantiam, dando-lhe maior legitimidade e desconcentrando-os no Poder Executivo*”. Idem, p. 147.

<sup>103</sup> Idem, p. 149.

<sup>104</sup> Idem, p. 150.

que pôs fim à ditadura, com a imprescindível colaboração intelectual de Golbery. Neste percurso, as diversas inconsistências e problemas metodológicos de sua interpretação são agravados: trata-se de uma visão da história que se produz a partir das ações dos “grandes homens”, onde a polarização fundamental é entre “radicais” e “moderados” e não mais entre apoiadores e críticos da ditadura e onde sobretudo é apagado o caráter ilegítimo do mandato de Geisel e da institucionalidade que o sustentava. Desde esta posição ilegítima, Geisel buscou criar condições para uma transição que preservasse o legado autoritário e impedisse a expressão política das forças oposicionistas mais radicais, ao mesmo tempo em que ganhava tempo para postergar o máximo possível a passagem do poder a um civil – algo que só se efetivaria onze anos depois de sua posse, e através de eleições indiretas. Ainda assim, Gaspari parece acreditar que a ditadura se encerrou com o término do Governo Geisel, como se a demissão do Ministro do Exército, em outubro de 1977 tivesse magicamente posto um fim à repressão política e anulado o caráter ilegítimo da ordem vigente. Em sua opinião, com a demissão de Frotta, “*Ernesto Geisel restabeleceu a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas*”.<sup>105</sup> Tal autoridade era imprescindível para a condução do processo nos termos autoritários em que era proposto. Explica-se assim o marco temporal de sua abordagem, finalizada justamente com a demissão de Frotta: “*Entre as últimas semanas de 1974 e a jornada de 12 de outubro de 1977, quando Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, general Sylvio Frotta, a anarquia militar e o poder republicano do presidente enfrentaram-se*”,<sup>106</sup> Conspirador, golpista e defensor da repressão política e da tortura contra seus adversários, Geisel é convertido em *condottiero* da transição democrática.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras proposições presentes na obra de Elio Gaspari são semelhantes às encontradas nas obras de autores que consideramos *revisionistas*, nos termos indicados na primeira seção deste artigo: a desqualificação de João Goulart; a responsabilização da esquerda pelo desencadeamento do Golpe de 1964; a sobrevalorização da oposição entre militares “moderados” e “linha dura”; a amenização dos primeiros anos da ditadura; a desqualificação sumária das organizações de resistência armada; o elogio do processo de transição pelo alto; a minimização da repressão política sob o governo Geisel; a apreensão acrítica em torno do projeto *distensionista*, suas intenções e a forma como foi imposta e a relativização dos marcos temporais que definem o período ditatorial, promovendo seu *encurtamento*. Com ênfase maior no período do governo Geisel e no papel desempenhado por

<sup>105</sup> Idem, p. 481. Grifo meu.

<sup>106</sup> Idem, p. 14. Grifo meu.

Golbery, Gaspari promove uma verdadeira regeneração de suas biografias, amenizando suas responsabilidades no exercício da repressão política e incorporando o discurso dos próprios personagens acerca do papel que teriam desempenhado no encaminhamento da “transição democrática”.

Não é possível aqui aprofundar aqui a discussão sobre a forma como a obra de Gaspari e a historiografia revisionista influenciaram-se mutuamente, mas é possível indicar que clara esta relação de influência mútua tem grande importância. Lançados entre 2002 e 2004, os livros de Gaspari difundiram teses que ganharam projeção pública em 2004, no marco dos 40 anos do Golpe de 1964. Tanto a produção historiográfica quanto os debates midiáticos deram grande difusão a suas proposições. Não é por acaso que um dos historiadores assumiu esta perspectiva de forma mais extremada – chegando a sustentar que houve ditadura apenas entre 1968 e 1979 – colaborou diretamente na produção da obra de Gaspari, na condição de consultor histórico.

Alguns dos historiadores revisionistas ocupam espaços de algum destaque na mídia, publicando artigos de opinião em grandes jornais e participando de programas de televisão, além de terem suas obras publicadas em grandes editoras e lançadas com farta publicidade. Ainda assim, é inegável que a obra de um jornalista conhecido como Elio Gaspari tem um enorme peso na propagação de suas concepções e interpretações, atingindo um público muito mais vasto e inclusive preparando um público leitor para a recepção de outras obras de cunho revisionista, sejam elas produzidas por historiadores profissionais, sejam por jornalistas, polemistas ou meros vulgarizadores.

Em seu conjunto, tais obras reproduzem uma interpretação conservadora sobre a ditadura, com claras implicações nos embates políticos do presente e reforçam uma memória social amenizadora e justificadora da ditadura, que torna possível que até hoje os responsáveis pelas violências produzidas na ditadura não tenham sido julgados e que o legado autoritário da ditadura se mantenha em grande medida vigente.